

Educar para Conscientizar: cidadania, democracia e consciência política.

Marília Monteiro dos Santos

Universidade Estadual do Ceará

Marilia.ms@hotmail.com

Resumo: Desde a reformulação da grade curricular das escolas de ensino básico, pós-ditadura militar, percebe-se que não há estudos diretamente relacionados sobre educação política. Esta pesquisa tem o intuito de propor uma nova disciplina que funcionaria como maneira crítica e analítica a fim de evidenciar certas carências do nosso atual sistema educacional. Ademais, serão abordados os conceitos de cidadania, democracia, consciência política e o conhecimento da estrutura da conjuntura política vigente, ou seja, os três poderes: executivo, legislativo e judiciário. A questão da doutrinação foi um ponto crucial na ditadura, sendo composta por duas disciplinas: Educação Moral e Cívica e OSPB. Porém, nesta proposta a abordagem da consciência política, liberdade de expressão e desenvolvimento do pensamento crítico seriam fatores imprescindíveis a serem estimulados nas aulas. A metodologia seria baseada na revisão bibliográfica e na pesquisa exploratória. Se faz necessário que os jovens tenham maior participação política, em benefício do coletivo. Isso se perpetua muitas vezes nos movimentos sociais, sendo também importante repercutir no cidadão ao expressar seus anseios particulares.

Palavra – chave: Consciência política, democracia, Educação.

1. Introdução:

Educar tem o objetivo de estimular e desenvolver o indivíduo de acordo com suas habilidades, proporcionando o aprendizado da convivência social, da cidadania, da instrução, do aperfeiçoamento do intelecto e da moral, é preparar o cidadão para vida. Além do conhecimento científico, a escola fica incumbida de estimular o desenvolvimento da cidadania em seus alunos, sendo a cidadania entendida como termo de origem etimológica no latim *civitas*, que significa “cidade”, com a função do exercício de direitos e deveres, resultando em um conjunto de recursos e práticas a fim de possibilitar o cidadão a participar de forma operante na política.

Educar é mais do que ensinar, educar é formar cidadãos éticos e críticos, incentivar a consciência política, estimulando a participação do indivíduo nas decisões políticas. Porém, isso só poderá existir efetivamente se os cidadãos estiverem conscientes de seus direitos e deveres políticos e civis e analisar o nível do impacto que isso pode causar para gerações futuras. A questão do voto como meio de transformação vem se perdendo ao longo dos anos, então cabe o cidadão ter envolvimento com a elaboração e implementação

de políticas sociais para o bem-estar da população, para isso é necessário uma educação de qualidade, visando o desenvolvimento dos jovens ao elucidar sua função social.

Segundo Galvão (Articulistas) em seu texto “Educação para a cidadania: o conhecimento como instrumento político de libertação”, afirma que:

A educação para a cidadania pretende fazer de cada pessoa um agente de transformação. Isso exige uma reflexão que possibilite compreender as raízes históricas da situação de miséria e exclusão em que vive boa parte da população. A formação política, que tem no universo escolar um espaço privilegiado, deve propor caminhos para mudar as situações de opressão. Muito embora outros segmentos participem dessa formação, como a família ou os meios de comunicação, não haverá democracia substancial se inexistir essa responsabilidade propiciada, sobretudo, pelo ambiente escolar. (Galvão, Roberto Carlos Simões – Articulistas. Educação para cidadania: o conhecimento como instrumento político de libertação).

A educação e a cidadania em função da formação de uma consciência política não dependem apenas da escola, mas também dos posicionamentos de uma grande parte da população, pois muitas vezes as influências são adquiridas no convívio com familiares ou por terceiros conhecidos ou desconhecidos. É preciso entender que a educação de uma criança, tem que ser uma educação participativa, não atribuída só por quem a cria, mas sim, sendo responsabilidade de todos.

O processo educacional é essencial na vida do indivíduo, pois este quem vai dar o impulso para uma sociedade melhor, como já disse Paulo Freire, “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

De acordo com Durkheim:

A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios - sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento - que baliza a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela (Durkheim).

Ao analisar o sistema educacional brasileiro percebe-se que houve muitas mudanças desde o período da colonização até o período da redemocratização, podendo perceber muitas falhas com base na cronologia do processo histórico de educação.

2. Referencial Teórico:

2.1. Um paralelo com a ditadura:

Ao analisar o processo histórico da educação brasileira, no período de 1964 a 1985, o sistema educacional sofreu grandes impactos com a inserção da ditadura militar, pois seria dada uma maior atenção para educação, para os partidos políticos e para classe operária, entretanto essa atenção se daria em uma fiscalização ferrenha para assegurar a efetivação de um novo modelo de ordem social a ser seguido. Ademais, os impactos sociais, políticos e econômicos foram muito fortes, estando presentes até os dias atuais.

No âmbito educacional, a grade curricular das escolas foi reformulada, acrescentando disciplinas obrigatórias sobre a moral e a organização social, tendo com objetivo de disciplinar os alunos aos moldes do sistema ditatorial, perpetuando por mais de duas décadas.

Já dizia Bourdieu que:

[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força (BOURDIEU, 2001, p.311).

A partir de 1969, de acordo com o Decreto Lei 869/68, entrou em vigor no currículo escolar brasileiro a disciplina de OSPB, juntamente com a disciplina de Educação Moral e Cívica, ambas foram adotadas substituindo às matérias de filosofia e sociologia, sendo caracterizadas pela transmissão do regime autoritário ao enaltecer o nacionalismo e como forma de sustentar valores colocados pelos militares. Foi decretado o AI5 em 1968. Com esse decreto veio à fase mais repressiva do regime ditatorial, sendo denominado “anos de chumbo”. Caso, alguém não respeitasse os princípios, era tido como traidor da pátria, podendo ser mandado para o exílio ou até mesmo ser torturado, que era outra forma de ameaça.

Os olhares sempre atentos por todos os lados, qualquer comentário ou gestos considerados suspeitos sofreriam represálias. Os professores eram uma das profissões que mais tinham fiscalização, pelo fato terem mais contato com os alunos e gerar forte influência por meio destes, tinham a obrigação de ensinar direitos e deveres. O termo subversivo era a pior classificação atribuída a uma pessoa, não se podia ficar em grupos e andar livremente, a perseguição era de forma silenciosa.

Diante de toda essa instabilidade pessoal de muitos civis, em meios de combates e repressões, em 1985 chega ao fim o período da ditadura com o governo de Figueiredo, propiciando a abertura da democracia.

Com o passar dos anos, as disciplinas foram sendo flexibilizadas, pois no começo era obrigatória apenas em uma série de cada grau. Em 1992, as disciplinas tornaram-se opcionais e foi extinta em 1993. Por terem sido consideradas “disciplinas de doutrinação”, foram condenadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), decretados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

2.2. A democracia chegou?

A democracia não é só eleger governantes por meio do voto ou apenas um sistema político, mas sim um processo participativo de toda a população em todos os processos de decisões no que dizem respeito de suas vidas, seja sobre escola, habitação, bairro, etc. Mas para isso todos os indivíduos precisam viver desde cedo os princípios democráticos aperfeiçoando sua consciência e autonomia democrática.

“Para considerar determinada formação social democrática, precisamos levar em consideração o conjunto das relações e práticas sociais desenvolvidas em todas as instâncias de inserção dos seus membros nesta mesma sociedade” (Domingues, Mila Zeiger Pederoso. Escola Democrática - Um caminho para um ensino de qualidade para todos – Monografias Brasil Escola).

A escola teve papel fundamental na transição do período ditatorial para início da redemocratização, pois a escola precisa se tornar democrática para formar alunos para assumir seu papel para que a democracia possa ser vivida em sua plenitude.

Ademais para Mila Zeiger Pederoso Domingues, em seu artigo Escola Democrática - Um caminho para um ensino de qualidade para todos, afirma que:

A autonomia democrática é reconhecer o direito de escolher um caminho de vida próprio, de ser respeitado nessas escolhas e de viver de modo digno e satisfatório em qualquer alternativa, de acordo com próprias aptidões, desejos e valores, é a consolidação do direito de ser diferente, é o que atualmente chamamos de diversidade cultural (Mila Zeiger Pederoso Domingues).

A prática política é essencial para a construção da democracia através dos questionamentos e participação, desenvolvendo a consciência política e a autonomia de

diversos grupos, ademais os ensinamentos na escola são também parte essencial na legitimação e solidificação da democracia. Após a redemocratização as disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB foram extintas, dando origem a uma nova estrutura para a matriz curricular.

Com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é estabelecido às diretrizes e bases da educação nacional, garantindo o acesso à educação para todos. Ademais a lei orienta o sistema educacional e introduziu mudanças expressivas na educação do Brasil, colocando a educação infantil como parte da educação básica do país.

A atual estrutura democrática educacional do Brasil compreende a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e a educação superior. É de competência dos municípios atuar de forma veemente na educação infantil e no ensino fundamental e aos Estados e Distrito federal, atuar no ensino fundamental e ensino médio, por meio da legislação vigente. Também, cabe ao governo federal dar suporte aos ensinamentos citados mais o ensino superior.

Apesar dessas mudanças, é sabido que o Brasil tem níveis muito elevados de desigualdades sociais, contendo os privilegiados e os não-privilegiados, o que reflete na educação, tornando-se um sistema falho, há ainda uma discrepância entre os ensinamentos de modo geral, especialmente entre escolas particulares e escolas públicas, apesar de que, atualmente as escolas públicas estão sendo sinônimo de referência, porém ainda são poucas escolas.

Bourdieu (1998) analisa a questão do sistema escolar na democracia, dizendo que:

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios (BOURDIEU, p.53, 1998).

Porém, resolver os problemas sociais através de uma conjuntura política não é tão rápido, e, além do mais, a pouca participação da população faz com que essas medidas se tornem ainda mais demoradas.

Então para que os jovens possam “ter voz e vez” no futuro, consciência política e participação ativa nos projetos políticos, é preciso que esse impulso seja dado através da

escola e das relações sociais. No meio educacional, a elaboração de uma disciplina que contemple o conhecimento do governo vigente e explique suas características, não compete só estudar democracia, mas sim, outros estudos complementares de outras formas de governo, para que os alunos possam compreender o quanto determinado sistema político pode comprometer a vida da população, por meio da imposição ou liberdade de expressão.

2.3. Surge uma nova disciplina:

Nesse tópico, será sugerida uma nova disciplina cuja abordagem é sobre “Educação Política” nas escolas de educação básica, correspondendo ao ensino fundamental e ao ensino médio tanto em escolas privadas, quanto em escolas públicas.

O plano curricular se desenvolverá em estudos sobre: Formas de Governo, estudo da conjuntura política atual e o processo histórico até hoje, o entendimento dos três poderes: legislativo, judiciário e executivo, a origem e o desenvolvimento do governo, quanto à extensão do poder, o cálculo do coeficiente eleitoral, saber quantos deputados federais, deputados estaduais, vereadores e senadores e quem são essas pessoas e conhecer o que estão propondo em benefício da população, o que o presidente, governador e prefeito estão fazendo de forma efetiva para melhorar os estados e o país como todo, compreender a cidadania e a consciência política como forma de entendimento do indivíduo na sociedade.

O estudo mais geral dará a oportunidade aos estudantes de questionarem mais sobre os governos e sobre o que nossos governantes estão fazendo em benefício da população, além disso, desenvolverá a responsabilidade pelo coletivo, pois ao afirmarem que a ditadura é um sistema de governo que limita o ser humano, o indivíduo ficará mais atento quando algo for imposto politicamente aos cidadãos. Será um meio de aprofundar a criticidade e o debate livre, a liberdade de expressão e a participação ativa das decisões políticas.

E também é essencial que as universidades/faculdades participem desse processo de estudos e conscientização política, cujo objetivo seja a formação de pessoas capacitadas para exercer suas funções de forma crítica, levando sugestões e tomando decisões corretas em benefício do coletivo.

2.4. A importância dos movimentos sociais para uma consciência política:

É de extrema importância a participação dos Movimentos Sociais na política, visando a conquista pelos direitos e o fortalecimento da democracia, isso parte da pluralidade por interesses individuais e coletivos. Também é importante que os movimentos sociais estejam inseridos em todos os ambientes, por exemplo, faculdades, escolas, partidos políticos, debatendo e defendendo questões sociais, econômicas e culturais. A atuação, muitas vezes é mais combativa, como uma forma de pressão direta ou indireta na conjuntura política vigente.

Sobre os movimentos sociais, Touraine (2003) afirma que:

A noção de movimento social só é útil se permitir por em evidência a existência de um tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade (Touraine, p, 113, 2003).

A conscientização política dentro desses grupos tem grande intensidade, devido o discurso não se resumir apenas as pessoas com certos privilégios educacionais (faculdades, escolas de qualidade, etc.), mas também as pessoas que não tiveram acesso a uma boa educação, que é um reflexo de muitos e, é preciso ser combatido essa falta de coerência da informação, a doutrinação e a intolerância ao próximo.

Um dos movimentos que ganharam mais visibilidade foi o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras), buscando a conquista da terra através da luta e da organização dos trabalhadores rurais, mantendo vínculo com outros movimentos sociais. Levantam as bandeiras da cultura, reforma agrária, combate a violência sexista, democratização da comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica e soberania nacional e popular. No caso do sistema político, fazem questão da criação de mecanismos de participação de decisão direta da população, construindo uma democracia popular participativa, com plebiscito e consultas populares para tomada de decisões que sejam importantes para a população.

Os movimentos sociais precisam estar dentro das escolas, faculdades, comunidades e etc.; gerando o sentimento transformador, através de formas combativas como marchas, passeatas, divulgações, têm que sempre estar caminhando juntas com a evolução da

sociedade e a mudança ou não da conjuntura política, levando questionamentos e participando ativamente.

3. Metodologia:

Esse artigo tem cunho qualitativo e, através da pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos, teses e dissertações também foram utilizadas a pesquisa exploratória, buscando mais informações sobre a educação política. Ademais a pesquisa documental, no qual foi necessária para entender o sistema educacional no período da ditadura e fazer um paralelo com o sistema educacional atual.

4. Conclusão:

É possível concluir que a inserção de uma nova disciplina sobre educação política serviria de grande ajuda para o entendimento e o conhecimento dos jovens sobre a conjuntura política, agregando os conceitos de democracia e cidadania, promovendo um debate amplo e crítico.

No Brasil, as desigualdades sociais ainda são o grande conflito a serem resolvidos, a educação ainda se desenvolve paulatinamente para qualidade e excelência. É de fato um trabalho árduo a ser desempenhado pelos órgãos competentes, mas é necessário, visando instigar o indivíduo a questionar e saber dos seus direitos.

São tempos difíceis de euforia política, e se faz necessário a união entre os cidadãos para o comprometimento do bem-estar coletivo, especialmente das crianças, pois elas serão o futuro do país, sendo preciso despertar desde cedo a cidadania e consciência política, para que cresçam com maior autonomia dos seus atos e tenham participação mais ativa.

Referências bibliográficas

CONDE, K. O Sistema Educacional Brasileiro. Disponível em: <http://criandocondicoesaliberdade.blogspot.com.br/2012/04/o-sistema-educacional-brasileiro.html>>. Acesso em: 25 de julho de 2017.

DURKHEIM, É. Sociologia da educação. Editora: Vozes, 2010.

FLÁVIO, L. Educação Política no Âmbito Social. Disponível em: <http://mapaeducacao.com/blog/educacao-politica-no-ambito-escolar/>>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

FREIRE, Paulo. Política e educação: ensaios / Paulo Freire. – 5. Edição, São Paulo, 1921-1997. Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23). ISBN 85-249-0506-9

GOSS, K. P.; Prudêncio, K. / EmTese, Vol. 2, n 1 (2), p. 75-91. Revista Eletrônica dos PósGraduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, no 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.

MEDEIROS, A.M. Educação e política. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20politica/>>. Acesso em: 25 de julho de 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno. OSPB (Organização Social e Política Brasileira). Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/ospb-organizacao-social-e-politica-brasileira/>>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno. Sistema educacional brasileiro. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/sistema-educacional-brasileiro/>>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

NERY, Maria Clara Ramos. Sociologia Contemporânea. IESDE Brasil S.A. Curitiba, 2017.

PICOLOTTO, E.L. Movimentos Sociais: Abordagens Clássicas e Contemporâneas. CSONline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Ano 1, Edição 2, novembro de 2007.

RODRIGUES, Lucas De Oliveira. Movimentos Sociais. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/movimentos-sociais.htm>>. Acesso em: 5 de agosto de 2017.

SENA, A. A importância dos movimentos sociais. Disponível em: <http://www.noticialivre.com.br/index.php/2014-03-09-16-39-32/47478-a-importancia-dosmovimentos-sociais>>. Acesso em: 30 de julho de 2017.

SILVA, Ana Clara Iquierdo. O Surgimento dos Movimentos Sociais. Disponível em: <http://anacarlaisquierdo.blogspot.com.br/2011/07/o-surgimento-dos-movimentos-sociais.html>>. Acesso em: 30 de julho de 2017.

STIVAL, M. C. E. E.; Fortunato, S. A. De Oliveira. Dominação e Reprodução na Escola: Visão de Pierre Bourdieu. Educere, 2008.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

Wikipédia. Formas de governo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Forma_de_governo>>. Acesso em: 5 de agosto de 2017.